

## **087-Impactos da adequação ambiental de propriedades rurais na microbacia rio Itá, Município de Quatro Pontes, PR**

*Impacts of environmental adequacy of rural properties in Itá river watershed,  
City of Quatro Pontes, PR, Brazil*

BROETTO, Laline. UNIOESTE, lalineb@hotmail.com; ANDRADE, Mauricio Guy. UNIOESTE, mauricio.agro@hotmail.com; CASTAGNARA, Deise Dalazen. UNIOESTE, deisekastagnara@yahoo.com.br; SCHNEIDERS, José Luiz. UNIOESTE, zezao.zoo@gmail.com; MONDARDO, Daniela. UNIOESTE, danielamondardo@gmail.com.

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho foi avaliar as propriedades rurais, na microbacia do Rio Itá, no município de Quatro Pontes, Paraná, a fim de quantificar o impacto da adequação ambiental, nas áreas de agricultura e pastagem das propriedades. Foi realizado o levantamento a campo dos dados cadastrais, uso do solo e georreferenciamento das propriedades. Os dados foram processados para elaboração dos mapas cartográficos. Através dos mapas foi quantificada a redução que a adequação ambiental provocará nas áreas de cultivo. Foi observada a necessidade de implantação de aproximadamente 255 ha de florestas para recuperação das áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, o que resultará em uma supressão de aproximadamente 158 ha de agricultura e 97 ha de pastagem. Diante desta realidade encontrada, o trabalho deve contribuir através do debate sobre a importância de discutir uma nova racionalidade no planejamento rural que equilibre os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

**Palavras-chave:** planejamento sustentável, reserva legal, área de preservação permanente.

### **Abstract**

The objective of this study it was evaluate the rural properties in Ita river watershed, at the town of Quatro Pontes – Paraná, in order to evaluate the impact of environmental suitability in the areas of agriculture and pasture properties. Data were collected in the field of cadastral data, land use and georeferencing of property. The data were processed for preparation of cartographic maps. Through the maps was quantified reduction that will cause environmental suitability in the areas of cultivation. It was noted the need for deployment of approximately 255 ha of forests for the rehabilitation of permanent preservation and legal reserve, which will result in a cancellation of about 158 ha of agriculture and 97 ha of pasture. Faced with this reality found, work should contribute through discussion about the importance of discussing a new rationality in rural planning that balances social, environmental and economic impacts.

**Keywords:** sustainable planning, legal reserve, permanent preservation area.

### **Introdução**

A questão ambiental em nosso país passou a ser considerada de grande importância nas últimas três décadas. Até então, apenas os aspectos sanitários do problema eram abordados. Assim, a poluição das águas e do ar, bem como suas conseqüências diretas e indiretas, foram em questão, os únicos problemas que precisavam de solução (BRANCO, 1997).

Tramita atualmente no Congresso Nacional, uma revisão do Código Florestal Brasileiro, que vem causando uma série de discussões entre a classe ambientalista e a classe ruralista.

O Código Florestal Brasileiro, Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965, define que Áreas de Preservação Permanente são florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será: de 30 metros para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura; de 50 metros para os cursos d'água que tenham de 10 a 50 metros de largura; de 100 metros para os cursos d'água que tenham de 50 a 200 metros de largura; de 200 metros para os cursos d'água que tenham de 200 a 600 metros de largura e de 500 metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 metros. Define ainda a título de reserva legal, as florestas e outras formas de vegetação nativa, que devem ser preservadas, de no mínimo: oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal; trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, vinte por cento em propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do País e vinte por cento, na propriedade rural em área de campos gerais localizada em qualquer região do País.

De acordo com Nunes (2010), o Código Florestal Brasileiro é um dos mais modernos e avançados do mundo, e ao contrário do que se tem dito, tem fundamento. Estudos recentes validam a legislação e indicam, que se fosse para alterá-la, a mudança deveria ser feita ampliando as áreas mínimas de preservação, jamais as diminuindo. Porém, Rabelo (2010), autor do relatório que defende a mudança na legislação ambiental, define a possível nova constituição como uma vitória importante para a proteção do meio ambiente, pois propõe o desmatamento zero e a regularização das propriedades rurais. Defende ainda que com esta alteração, atende os interesses do País, compatibilizando a proteção do meio ambiente com a produção agropecuária do Brasil.

Diante da problemática apresentada e da discussão que segue em todo o País, o trabalho pretende apresentar a realidade encontrada na microbacia do rio Itá, Município de Quatro Pontes, Oeste do Paraná. O objetivo do trabalho é contribuir para o debate sobre a importância de se discutir uma nova racionalidade no planejamento rural que equilibre os aspectos sociais, ambientais e econômicos, a partir de um diagnóstico do impacto da regularização ambiental, segundo o Código Florestal, nas pequenas propriedades rurais.

### **Metodologia**

O trabalho foi desenvolvido na microbacia do rio Itá, localizada no Município de Quatro Pontes, que está localizado na Latitude: 24° 34' 30" S, Longitude: 53° 58' 37" O e apresenta uma altitude média de 427m. A área do município é de 114,531 Km<sup>2</sup> (IPARDES, 2007).

A microbacia do rio Itá está inserida na bacia hidrográfica do Paraná III, oeste do Estado do Paraná e integra a sub-bacia do Arroio Guaçu. Esta microbacia está localizada a Leste da sede do Município de Quatro Pontes.

Para o desenvolvimento desse trabalho foi seguida a metodologia proposta para o Projeto Gestão por Bacias, parte integrante do Programa Cultivando Água Boa, coordenado pela Itaipu Binacional, e que se propõe a desenvolver e implantar um modelo de gestão ambiental com a recuperação dos passivos ambientais na Bacia Hidrográfica do Paraná III.

A quantificação das áreas de preservação permanente e reserva legal existentes foram realizadas através de visitas a campo, utilizando-se de um GPS marca Garmin.

De posse dos dados coletados foi iniciado o trabalho de processamento dos mesmos, que consistiu na elaboração do Diagnóstico Ambiental da Propriedade - DAP, através de relatórios e mapas representativos da situação atual. A partir deste DAP foi elaborado o

Plano de Controle Ambiental - PCA, visando à adequação ambiental da propriedade. Neste processo foram utilizados os softwares livres de processamento de informações georeferenciadas: QCad versão 2.0.4.8, SPRING (Sistema de Processamento de Informações Georeferenciadas) versão 4.3.3, desenvolvido pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e o OpenJUMP (Unified Mapping Platform) versão 1.1.2.

Para elaboração dos mapas DAP foram utilizados todos os dados coletados nas visitas a campo (pontos de GPS e medições) e ainda uma imagem CBERS-2B disponibilizado pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Ambientais) que facilitou as delimitações das áreas de florestas existentes. Com base nos mapas gerados foi possível medir essas áreas e comparar o impacto que a recuperação das áreas de preservação permanente e reserva legal irá causar nas áreas de pastagem e agricultura da microbacia.

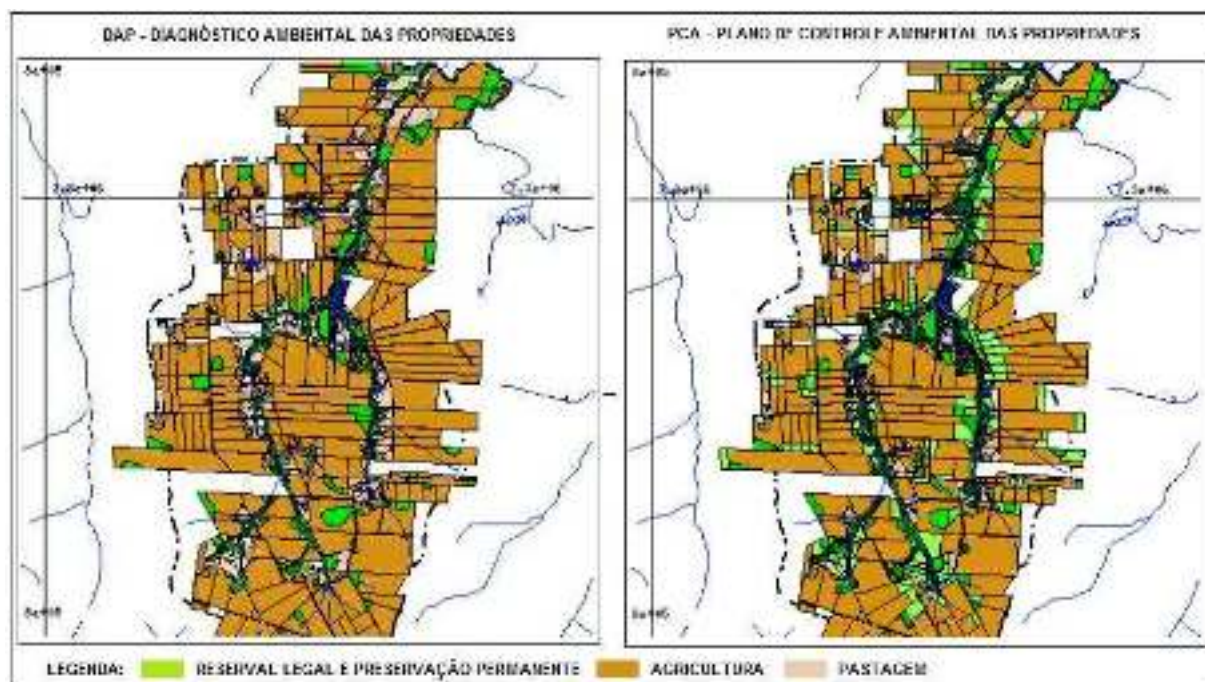
### **Resultados e discussões**

A área trabalhada neste estudo na Microbacia Rio Itá, correspondeu a aproximadamente 1.955 ha, divididos entre 177 lotes rurais. A área das propriedades analisadas, variou entre 1,7 ha a 54,4 ha, sendo que 84,75% das propriedades possuem menos de 20 ha, comprovando a predominância de pequenas propriedades, característica da região analisada, onde a ocupação das terras ocorreu de forma organizada.

Esse resultado assemelha-se ao encontrado por Perini (2008), que em seu estudo na microbacia Sanga Mineira, localizada no município de Mercedes, também na região Oeste do Paraná, constatou que 76% das propriedades possuem menos de 20 ha.

Foi detectado um número de 81 propriedades na microbacia onde há a necessidade da restauração das Áreas de Preservação Permanente, o que corresponde a aproximadamente 60 ha. Em relação as áreas de Reserva Legal, 134 propriedades na microbacia necessitam da sua restauração, o que corresponde a aproximadamente 195 ha. Na Figura 1 podemos observar as áreas de florestas existentes e as necessárias para a adequação ambiental das propriedades rurais.

A recuperação destas áreas impostas pelo Código Florestal resultará em uma supressão de aproximadamente 158 ha de agricultura e 97 ha de pastagem. Isso é um fato preocupante pois, como na microbacia, quase a totalidades das famílias tem sua produção voltada para subsistência; desta forma, essa supressão poderá resultar uma redução na renda familiar. Para que isso não ocorra podem ser adotadas mudanças no sistema de manejo de pastagem, elevando sua capacidade de suporte, e nas áreas de agricultura uma maior diversificação e a adoção de práticas de manejo mais intensas, como a realização de adubações mais frequentes.



**Figura 1.** Diagnóstico ambiental e plano de controle ambiental das propriedades rurais da microbacia do rio Itá.

### Conclusões

A recuperação das áreas de preservação permanente e reserva legal impostas pelo Código Florestal na região estudada, resultará em uma supressão de 158 ha de áreas que hoje são destinadas a agricultura e 97 ha de áreas destinadas a pastagem. Se nenhuma mudança ocorrer no Código, as propriedades deverão adotar novas práticas de manejo para que a geração de renda não fique comprometida.

### Referências

- BRANCO, S. M. **O Meio Ambiente em debate**. ed. 26., São Paulo: Moderna. 1997. 87 p.
- IPARDES - **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Cadernos municipais, 2007. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/> Acesso em: 5 ago. 2010.
- NUNES, M. L. **Mudanças no Código Florestal**. Disponível em: <http://www.gazetadeitapoa.com/?p=9335>. Acesso em: 06 set. 2010.
- PERINI, L. J. **Estudo da adequação do uso do solo na microbacia da Sanga Mineira, Município de Mercedes - Paraná, utilizando-se geoprocessamento**. 2008. Monografia do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Universidades Estadual do Oeste do Paraná e Marechal Cândido Rondon, 2008.
- REBELO, A. **Relatório Final**. Disponível em: <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias.php?id=70991>. Acesso em: 06 set. 2010.